

SESSÕES DO PLENÁRIO

31ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de abril de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(62)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Fabíola Mansur comunicando que, em função de estar em consulta médica, esteve ausente na Sessão do dia 22/03/2016, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 21/03/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, inicialmente, gostaria de saudar os concursados da Polícia Civil, os agentes penitenciários concursados e aprovados, que também estão no aguardo da nomeação pelo governador do Estado, e os aprovados da Polícia Técnica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, foram 35 homicídios, no final de semana, na região metropolitana de Salvador. E não vejo, por parte desse governo, uma declaração sequer que não deixe nós parlamentares convencidos de que o governador não nomeia por falta de empenho. Estamos na luta, deputada Fabíola, pela nomeação dos policiais há mais de 3 semanas. O governo não se manifesta em absolutamente nada. Nenhum deputado subiu a esta tribuna para falar em nome do governo, para falar em nome do governador. Porque subir aqui e fazer o discurso fácil para os concursados é muito tranquilo. Mas fazer uma conversa técnica com o governo do Estado da Bahia e daqui dar um posicionamento coerente para esses policiais é bem diferente.

Pergunto a V.Ex^{as}: para fazer nomeações de REDAs o governo não tem limite prudencial, mas para nomear os concursados, aprovados e treinados para defender a Bahia, tem limite prudencial? Só hoje o governador solta uma nota na imprensa, dizendo que está aguardando um parecer da Procuradoria do Estado e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Já tive uma conversa com o Líder Sandro Régis, que irá solicitar uma audiência tanto com o presidente do Tribunal de Contas do Estado quanto com o Procurador Geral do Estado da Bahia. (Palmas) A nossa Bancada de Oposição, composta por 20 parlamentares, não irá ficar omissa diante dos números assustadores que o Estado da Bahia tem em relação à segurança pública.

Espero que os deputados da Base do Governo façam o mesmo, não fiquem omissos. Vão para cima do governador cobrar a sua palavra que foi dada em entrevista coletiva, na qual disse que chamaria os concursados após o Carnaval. Não quero acreditar que ele pensa que após o Carnaval significa 6 meses ou 1 ano depois, porque aí é fazer a população baiana de besta.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, falei que foram 35 homicídios na região metropolitana de Salvador. Enquanto nós aguardamos, a população está recebendo tiro pelas costas. E nós, que temos aqui o dever, a obrigação de garantir segurança pública para todo cidadão baiano, não estamos cumprindo com o nosso papel. Como é que os 63 deputados que compõem uma Assembleia entendem, na sua unanimidade, que é emergencial a nomeação desses policiais; e o governo faz ouvido de mercador?

Não podemos aceitar isso, deputado Rosemberg Pinto! V.Ex^a, que é o Líder do Partido dos Trabalhadores: suba a esta tribuna e fale em nome do seu governo! Dê as explicações. Mas não essas que vocês vêm dando, pois essas não vêm convencendo os baianos. E não os convence justamente porque não é admissível que não tenha dinheiro para contratar os policiais e tenha dinheiro para contratar os apadrinhados políticos, através do regime REDA.

Quero me manifestar, também, olhando para os telespectadores da nossa *TV Assembleia*: ou a sociedade entra nessa luta e cobra do governador a nomeação imediata dos policiais, ou reza para que a violência não bata a sua porta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, há muito tempo, subo a esta tribuna para relatar e cobrar não só do governo do Estado mas também de todos os parlamentares desta Casa com relação à grave crise na segurança pública, em nosso Estado.

Aqui já apresentei diversos projetos de lei, no sentido de ajudar no combate à violência. Aqui já propus diversas indicações ao governo do Estado, no sentido de sugerir medidas que viessem a combater a criminalidade, diminuindo a violência no Estado da Bahia. Mas com nenhuma, absolutamente nenhuma dessas sugestões, com nenhuma dessas indicações, com nenhum desses projetos de lei que apresentei nesta Casa o governo teve boa vontade. Assim, vejo novamente isso se repetir com relação a essa batalha, essa luta que vem sendo encampada tanto pelos concursados da Polícia Civil quanto pelos Agentes Penitenciários.

Aqui vi, deputado Adolfo Viana, e aqui vejo parlamentares da Base do Governo colocarem o adesivo de “Nomeação já”; como se colocar o adesivo bastasse, resolvesse alguma coisa. O que os parlamentares da Bancada de Governo têm que fazer é se juntar a nós da Oposição, para travar a pauta da Assembleia e não se votar nada até que se chamem os concursados da Polícia Civil e os Agentes Penitenciários.

Isso, sim, seria uma contribuição para se resolver esse problema, e não blá-blá-blá, conversa fiada, colocar adesivo no peito. Temos, sim, que pressionar. Não adianta querer jogar para a plateia, deputado Zé Raimundo – V.Ex^a que ouve o meu discurso com atenção e que é pré-candidato a prefeito na cidade de Vitória da Conquista –, porque as pessoas estão cansadas de tanta promessa, as pessoas estão desiludidas.

Cabe a nós, a este Parlamento se erguer e deixar de uma vez por todas... Temos instrumento para isso, que é trancar a pauta, não se votar nada em respeito e em solidariedade a essas pessoas que se dedicaram e estudaram, passaram no concurso e merecem ser chamadas para a Polícia Civil e para o cargo de agentes penitenciários.

(Palmas)

Vamos deixar de demagogia! Chamo a atenção, mais uma vez, de todos os parlamentares desta Casa e do presidente da Assembleia: vamos travar a pauta! A segurança pública tem de ser prioridade e ao longo dos últimos anos tem deixado de ser prioridade por parte desse governo. Como se explica: 950 terceirizados e 630 REDAs fazendo o papel de agente penitenciário, enquanto os concursados estão aí, esperando para serem chamados? Ora, tem recursos, tem dinheiro para contratar terceirizados, recursos para contratar através do REDA, mas tem a desculpa de que não tem recurso para chamar os aprovados no concurso de agentes penitenciários?

Chamo mais uma vez a atenção...

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Para concluir, Sr. Presidente.

Vamos travar a pauta. Deputado Bobô, vejo V.Ex^a com um adesivo no peito. Erga a voz e diga que o PCdoB não vota nada nesta Casa enquanto não chamarem os concursados, tanto da Polícia Civil como dos Agentes Penitenciários.

Muito Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

(a deputada Luiza Maia se manifesta fora do microfone)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Calma, deputada Luiza Maia. V.Ex^a terá tempo suficiente para discorrer as suas ideias.

Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, as pessoas que nos assistem nas galerias Paulo Jackson, nos gabinetes e através da *TV Assembleia*.

Gostaria de registrar, com muita alegria, a presença, ontem, em Vitória da Conquista e no município de Planalto, do ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto. Ele que esteve em Vitória da Conquista com sua equipe, assessores e com a presença do chefe de gabinete, o ex-secretário do governo Wagner, o companheiro Robson, que cumpre um papel importantíssimo naquele Ministério, levando também os pleitos da Bahia e do Nordeste para aquela importante pasta.

Lá em Vitória da Conquista, o ministro teve a oportunidade de declarar uma série de intenções, além das obras e ações que o ministério que ele dirige já vem cumprindo na região. De modo especial, fomos ao município de Planalto inaugurar a 14^a agência do INSS na região, o que coloca a gerência executiva de Vitória da Conquista em primeiro lugar no Brasil em termo de cumprimentos de metas para a

expansão das unidades da Previdência Social.

Este foi um projeto iniciado ainda na presidência do nosso querido ex-presidente Lula e que agora continua com a presidenta Dilma. Com isso, todos os municípios acima de 20 mil habitantes terão uma unidade do INSS. Só na nossa região foram 14 agências inauguradas no período dos últimos 6 anos. Isso significa levar cidadania e direitos sociais, sobretudo para o homem do campo.

O município de Planalto, com 28 mil habitantes, recebe mensalmente R\$ 2 milhões em benefícios dos direitos previdenciários nas suas várias modalidades, desde o auxílio-doença, o auxílio-desemprego até a aposentadoria rural. Foi com muita alegria que nós comemoramos com o prefeito Clóvis Andrade, com os vereadores e lideranças locais e principalmente com o gerente regional, Arlindo Neto, que exerce e cumpre um grande trabalho naquela região, atendendo todos os munícipes, moradores de municípios diferentes, independentemente de orientação partidária, porque se trata de uma política de estado levar a Previdência Social em todos os rincões do nosso País, do nosso Estado e do nosso sertão.

Em seguida, o ministro – junto com o prefeito Guilherme Menezes, com o deputado federal Waldenor Pereira e com a nossa presença – concedeu uma entrevista coletiva na prefeitura e proferiu uma palestra na Câmara de Vereadores. E eu gostaria de parabenizar o presidente da Câmara Gilzete Moreira, os vereadores, sobretudo o vereador Fernando Vasconcelos, que foi um dos proponentes daquela audiência. E, finalmente, o ministro em sua palestra também se manifestou claramente contra os atos que visam atropelar a democracia no Brasil, Sr. Presidente. Por isso, eu gostaria de registrar essa bela presença do nosso ministro.

E, finalmente, digo aos nobres deputados da Oposição que, com relação a esse tema da nomeação dos concursados da Polícia Civil, as nossas lideranças têm cuidado disso. Eu sei que o papel da Oposição é fazer, muitas vezes, eu diria, essa pose, essa pose para a mídia, mas quem resolve...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) é a bancada do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado, professor, um minuto. Eu solicito...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Eu fui líder sindical...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um minuto só. Eu acredito que vocês já devem saber como funciona o Regimento da Casa. Vocês têm todo o direito – claro, a Casa é de vocês – de ouvir aqui os deputados e nem todos pensam iguais. Cada um age da forma que acha melhor. Cabe a vocês verem quem são os deputados e na eleição fazer panfletos, jornais, protestar. Mas aqui na Casa não é dado o direito de vaiar, nem de um partido nem de outro. É o Regimento da Casa.

Então peço a compreensão de vocês que têm vindo aqui toda semana. São muito bem-vindos, estão defendendo seu direito de trabalhar, pois passaram no

concurso. Eu acredito que o papel de vocês é mais do que justo...

(O deputado Leur Lomanto Jr. se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- (...) Calma deputado Leur. Calma deputado Leur. O deputado vai concluir, até porque lhe é justo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Quero concluir dizendo o seguinte: a oposição é importante, mas quem negocia, negocia com o Governo. Eu fui líder sindical. A Oposição ajuda, mas se eu sou sindicalista, tenho uma causa, eu vou procurar a Oposição? Eu estarei caminhando para o cemitério.

(Vários deputados da Oposição se manifestam fora dos microfones.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Eu tenho que procurar o diálogo com a Bancada da Situação.

(Vários deputados da Oposição voltam a se manifestar fora dos microfones.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- A Oposição ajuda, colabora, mas...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Foi força de expressão, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) sem os deputados da Situação a coisa não anda, gente. É obvio, é obvio. Eu agradeço a manifestação da Oposição, no sentido de estimular o debate, o dialogo. Realmente, as palmas são importantes para a Oposição, mas não tensionem com os deputados da Situação, porque quem o governador vai ouvir nos “finalmente” é a gente. Claro, ele acata as indicações das lideranças, mas quem decide é a Situação. Um grande abraço aos meus amigos deputados da Oposição. Vamos conversar. Mas a caneta do governador vai funcionar é com o Líder Rosemberg Pinto e com o Líder Zé Neto. Com vocês também, mas negociando com eles. Se não negociar com os nossos líderes, a coisa não anda. Um grande abraço aos amigos da plateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias Paulo Jackson. Toda terça, agora, temos essa grata presença. A luta de vocês é uma coisa séria e não será a Oposição que vai me inibir e nem tirar meu apoio a vocês. A minha história é de sindicalista, de estar ao lado do povo, independentemente de qualquer situação. Então, não adianta querer me constranger, porque vocês não vão conseguir. Estou firme, a não ser que eles digam que não querem o meu apoio. Aí é outra história, é um direito que eles têm.

Então, este discurso aqui da Oposição, a mim não está dizendo nada. O que nós temos que fazer – neste instante, Zé Neto e o nosso Líder Rosemberg estavam ouvindo vocês – é a pressão devida. Como eu disse a um de vocês, na semana passada: “quem não é visto não é lembrado”. É bem-vinda a presença de vocês, é

importante e nós precisamos, inclusive, estimular e incentivar para que a solução do problema de vocês seja encontrada o mais rápido possível. E saibam que contam com o meu apoio.

Mas, compreendemos, também, essa questão da oposição, devido à situação política do nosso Brasil hoje. Eles, há algum tempo, só subiam nessa tribuna para xingar o PT, o governador e a Oposição. Depois que desmantelaram, depois que os líderes nacionais deles começaram a aparecer nas listas, envolvidos em todo tipo de corrupção e malfeito, acabou o discurso e o debate nacional.

Não podemos fugir do debate. O nosso Brasil vive um momento importante. Não podemos deixar que aconteça o que vivemos em 64. Estou com 64 anos e não pensei viver o momento que estamos vivendo, agora, aqui. Eu tinha 12, 13 anos quando a ditadura deu o golpe no Brasil. Hoje, é um golpe diferente: não é com armas, não são os militares, nem as Forças Armadas que estão por trás da articulação do golpe. Mas há uma parcela do Judiciário e da grande mídia desesperada e golpista que, hoje, quer interromper a democracia no Brasil. Graças a Deus, vimos, no resultado de ontem, que eles não conseguirão, não passarão, deputado Bobô! Não vai ter golpe! Não vai ter impeachment! Sentimos o povo brasileiro, o Brasil se levantando contra essa armação.

Ficou muito feio para o vice-presidente, que é do PMDB, pousar de presidente. Eu me lembro do Fernando Henrique Cardoso, que sentou na cadeira do prefeito, em São Paulo, antes da eleição. Vimos o resultado. Não tenho a menor dúvida de que aquilo não vazou, que ele colocou de propósito. Ele pensa que vai inibir e constranger deputados que ainda estão indecisivos ou que não definiram seu voto.

Mas, não tenho dúvida, de que o golpe não passará. Eles contaram com 43 votos e tiveram apenas 38. Diziam, no início, que eram 18 deputados contra o impedimento da presidente Dilma Rousseff, e tivemos 27 além de alguns que não estiverem presentes.

Então, tenho certeza de que a trapalhada do golpismo do Temer não interferirá. É uma semana de luta, de debate, de discussão e de pressão. E foi gratificante vermos a Lapa se manifestar, no Rio de Janeiro, ontem. Foi mais um apoio à presidenta Dilma Rousseff, e à manutenção da democracia. Não vacilaremos. Golpe não dá certo! O Temer não tem qualificação! Além do mais, o seu vice é um réu condenado claramente, o qual está comandando e atropelando o regimento para acelerar o processo, pensando que o povo é bobo ou que os deputados que estão ali – fora os “coxinhas” e os que estão na sua mão – embarcarão nessa onda.

Então, achei muito interessante a manifestação no Rio. Neste resto de semana, o Brasil vai continuar fazendo isso. Nos emocionou a música da Bete Carvalho que dizia: “Não vai ter golpe de novo. Reage, reage, meu povo.”

Graças a Deus o povo brasileiro está reagindo. Por isso, não vai ter golpe! Vai ter luta durante esta semana! E depois, junto com o povo e com o nosso ex-presidente Lula, a presidenta Dilma Rousseff vai ajustar o seu governo e a sua política

econômica, para atender principalmente o trabalhador, que foi quem ajudou a elegê-la. E não o fará para atender o projeto neoliberal, seus ajustes e aquelas coisas que vimos não dar certo.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, funcionários desta Casa, concursados da Polícia Civil que estão nas Galerias Paulo Jackson, meu caro e nobre deputado Adolfo Viana, ao iniciar o meu discurso, pelas palavras ditas anteriormente, quero pedir licença à Bancada da Situação, para ver se posso falar sobre as nomeações.

Segundo o deputado Zé Raimundo, não adianta vocês conversarem com a Oposição, porque vocês estão caminhando para o cemitério. Situação grave que este Parlamento ouve e vive nesta tarde.

O Parlamento – que é a Casa do povo, que deve ser o foro das discussões, dos debates das causas populares, que dele devem nascer as decisões, conclusões e as políticas públicas – querer impedir que as Oposições tenham voz, querer impedir que a Oposição seja portadora das aspirações da população, porque o governo não ouve a Oposição. Tem que ouvir, sim, governador! Pode até não acatar, mas vai ter que ouvir, porque nós somos representantes legítimos! Nós somos eleitos para sermos representantes deste povo, e o governador tem que nos ouvir!

E tem mais: o governador não tem que transferir responsabilidades! Dizer que depende da PGE, que depende do TCE para autorizar e nomear é uma falácia! Não é verdadeiro! É negar a autoridade do governador! Quem sabe, quem tem a caneta, como foi dito aqui, quem tem o poder de nomear, quem tem que saber se pode ou não nomear, quem tem que saber dos limites prudenciais ou dos limites das lei de responsabilidade fiscal é quem foi eleito para tal, quem assim se postulou na campanha, quem assim disse que era capaz de governar a Bahia!

Mas, hoje, ao se ver diante de uma necessidade que é de todos os baianos, diante da carência da polícia, ao se ver acuado por não priorizar a segurança pública, quer terceirizar aqueles que não têm competência para serem os responsáveis.

Mas a Oposição não se calará e vocês não caminharão para cemitério, coisa nenhuma! Vocês estão no legítimo direito. Vocês estão aí porque fizeram por mérito; porque fizeram concurso; porque estudaram; porque não precisam procurar deputado do governador para fazer cumprir um direito sagrado, que é o direito de serem nomeados. Vocês precisam reivindicar, bater às portas da Justiça, fazer com que o governador cumpra o que lhe é obrigação! Não devem favor e não tem de buscar favor político para cumprir um direito que é seu, que é legítimo e conquistado! Sabe-se lá quantas noites de sono vocês perderam para fazer esse concurso.

Nós somos porta-vozes não só daqueles que nos procuram mas somos porta-vozes daqueles todos de que necessita a Bahia! A segurança pública tem que ser prioridade. Nós que viajamos por esta Bahia – eu, todo final de semana, vou para a minha região – já não sabemos se vamos de carro, com medo de assalto. Se vamos de ônibus, deputada Ivana, somos assaltados. Se vamos de carro, é do mesmo jeito. Precisamos de segurança pública. Na minha região, há delegados que respondem por 8 delegacias. Quem está fazendo a função de delegado lá são os escrivães, porque faltam policiais, falta polícia civil.

E não há limite prudencial impedindo a nomeação de vocês, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara: não é TCE e não é PGE que tem que dizer quantas pessoas morreram, quantas foram aposentadas. A Secretaria de Administração é quem tem que dizer, porque lá se sabe! (Palmas) Portanto, essa responsabilidade é do chefe do Executivo e dela ele não pode fugir!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. Funcionárias desta Casa, telespectadores da *TV Assembleia*, senhores e senhoras presentes nas galerias, tenho ouvido constantemente deputados do Partido dos Trabalhadores repetidamente falar em golpe quando querem se referir ao processo de *impeachment* que está sendo encaminhado na Câmara dos Deputados.

Há pouco, a deputada Luiza Maia falava em golpe, em golpe, em golpe, em golpe, como se tivessem rasgando a Constituição Federal. Está lá, previsto na nossa Carta Magna, a possibilidade de abertura de um processo de *impeachment*. Mas, como o protagonista desses processos não é o Partido dos Trabalhadores, então é golpe. Nos governos que antecederam o ex-presidente Lula, cerca de 50 pedidos de abertura de processos de *impeachment* foram protocolados na Câmara dos Deputados, 29 só no governo do ex-presidente Collor que, nesse momento, é aliado da base do governo federal.

Portanto, quero descaracterizar completamente esse princípio de que esse processo de *impeachment* se trata de golpe. Acho muita pretensão da deputada Luiza Maia, por antecipação, já caracterizar o vice-presidente Temer como desqualificado para assumir o governo do Brasil, se for o caso. Mas ele não era desqualificado quando o escolheram para ser o vice do PT, nos idos de 2010. Lá, Temer certamente era o grande constitucionalista brasileiro, era o homem que poderia ajudar a acomodar a população brasileira, que estava tão ansiosa por melhores dias neste País. No entanto, agora não presta, porque de fato assumiu a liderança de um processo de

impeachment, ansiosamente aguardado por mais de 65% da população brasileira.

Eu teria um outro assunto para falar, Srs. Deputados, mas, em solidariedade aos concursados e não nomeados da Polícia Civil, também para fazer frente junto aos nossos colegas de Oposição, quero mais uma vez, deputado Adolfo Viana, V.Ex^a que tem liderado esse movimento em prol da nomeação dos concursados da Polícia Civil, me fazer somar a esse movimento liderado por V.Ex^a e pela Bancada de Oposição. É claro e evidente que queremos que os deputados da Situação preguem no peito o adesivo de nomeação, mas que de fato participem desse processo, levando ao governador essa necessidade.

Não se trata aqui de se fazer benefício a ninguém. Aliás é um benefício para a população baiana. É a necessidade que se tem de se assegurar um direito sagrado que todo cidadão e toda cidadã baiano e brasileiro tem, que é o acesso à segurança pública. E, repito, na Bahia é talvez o maior problema. E no interior do Estado é pior ainda.

Meu caro deputado Joseildo Ramos, V.Ex^a que é homem do interior, na nossa região, a maioria das delegacias é suprida com pessoal das prefeituras que nem concursado é. Enquanto isso, temos centenas de concursados, pessoas qualificadas para assumir esse posto. À nossa Bancada de Oposição, quero lembrar que na semana passada votamos o Projeto de Lei nº 21.753/2016, que trata da alocação de despesas com pessoal inativo e pensionistas nas suas diversas origens. Despesa de pessoal inativo e pensionista do Poder Executivo no Poder Executivo, do Poder Judiciário no Poder Judiciário, do Ministério Público no Ministério Público e assim por diante. Dessa forma, nós contribuimos para criar margem no índice de gasto de pessoal do governo do Estado, que passou um pouco do limite prudencial, para que com essa margem o governo possa, definitivamente, nomear os concursados da Polícia Civil, bem como os de outras carreiras de extrema necessidade para o Poder Executivo, a exemplo dos procuradores, que, inclusive, ajudam a trazer recursos para os cofres públicos estaduais. Portanto, é preciso o governo assumir a sua responsabilidade. Como bem disse, aqui, o deputado Luciano Ribeiro: não vamos jogar a responsabilidade para a PGE, muito menos para o TCE, que é, simplesmente, um órgão fiscalizador dos atos do Poder Executivo. O responsável, de fato, é o governador.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos visitam nas Galerias Paulo Jackson, imprensa presente, todos que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para me manifestar acerca de alguns discursos que a Oposição tem feito em torno desse processo de impeachment. Nós

não estamos discutindo se o impeachment é ou não uma peça constitucional. É e está previsto em lei. Todos nós, pacificamente, temos esse entendimento. Mas o que nos divide é que a tipificação do crime de responsabilidade está inscrita de maneira irretocável no arcabouço legal da República brasileira.

A nossa presidente sequer é indiciada, é investigada ou é ré. Entretanto, naquela comissão que julgou a admissibilidade do impeachment, naquele primeiro momento, dos 38 votos favoráveis, 35 vieram de deputados que estão sob processo de investigação. Ora, a presidente não é investigada, não é ré, não cometeu crime, não tem recursos em paraísos fiscais. Mas quem a está julgando não tem moral para fazê-lo. É uma inversão de valores! Inclusive, aquele relatório do deputado Jovair Arantes não especifica claramente em que situação se cometeu o crime de responsabilidade. Os decretos não numerados que foram para a Casa Legislativa estão de acordo com a LOA, Lei Orçamentária Anual, de 2015. É forçar a barra!

E o que é pior, o *Data Folha*, que é um instituto insuspeito, já estratificou o que pensa boa parte da sociedade brasileira. Há 40 dias o impeachment tinha o apoio de 68% da sociedade brasileira, do povo brasileiro. Na semana passada esse índice caiu para 61%. É por isso que o ritmo é acelerado, ao mesmo tempo em que se empurra com a barriga a investigação, o processo na Comissão de Ética em relação ao presidente daquela Casa.

Quando se pergunta à população brasileira, caso haja o impeachment da nossa presidente, qual seria a posição em relação ao vice Temer, é um absurdo o índice de rejeição. Tanto dele quanto do Eduardo Cunha: mais de 78% da população brasileira os quer fora da atividade política. Portanto, troca-se com um impeachment que não encontra lugar, já disse, no arcabouço jurídico deste País, alguém que legitimamente foi eleita. No presidencialismo, se o governo não está satisfazendo a maior parte da população, o remédio é trocar, nas eleições, o principal mandatário ou mandatária do país.

O impeachment tal qual está sendo colocado é golpe! E isso vai ser, certamente, judicializado no Supremo Tribunal Federal; porque as condições objetivas para se articular o impeachment estão inscritas na Constituição e na Lei 1.079, de 1950.

Portanto, é preciso que a gente não tangencie, em hipótese nenhuma, o cerne dessa discussão, sob pena de cada um de nós entrar para a história como partícipe, como simbiótico desse verdadeiro golpe contra o Estado Democrático de Direito, que a duras penas a sociedade brasileira veio a conquistar a partir de 1985.

Então, é claro que, aqui nesta tribuna, nós deveremos denunciar o que está acontecendo, hoje, pela ilegitimidade daquilo que está urdido contra os interesses da sociedade brasileira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pastor

Sargento Isidório, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores e senhoras das Galerias e da imprensa, o Salmo 97 diz: *“O Senhor reina, regozije-se a terra e alegrem-se as muitas ilhas”*. O Senhor reina.

O senhor falado aqui na Bíblia não é um Sr. Presidente da República, uma Sr^a Presidenta, não é um Sr. Governador, um ministro, não é Barack Obama, não é Isidório. Este senhor aqui é o Senhor dos exércitos, criador do Céu e da Terra. Criou o Céu e a Terra. Tudo que está no Céu e na Terra é ele. Quando ele anda, você vê as nuvens, que são poeira dos seus pés. Um espirito desse Deus pode causar enchentes. É ele quem esconde a água do mar, quando ela seca, e é ele quem a devolve sem que nenhuma autoridade comedora de feijão e de farinha saiba, sequer, de onde vem a água do mar ou para onde vai a água do mar.

Quero dizer a V.Ex^a, Sr. Presidente, que é equivocada a tese que não sei se já trocaram na Secretaria da Educação. Ouvi dizer, inclusive, que o secretário já foi mudado, pediu para sair, não sei qual foi o motivo. Sei dizer que, se ele mantiver esse Plano Estadual de Educação, querendo fazer escolinha de homossexualidade, ele será traidor da história, traidor de Deus, estará enganando o governador. Porque não tem jeito, com todo respeito que tenho, por obrigação, aos gays, lésbicas, bi, tri, quadri, pentassexual, sei lá... Sei que eles são possuidores de direitos, como a renda, o emprego e a saúde. Eles já estão protegidos por uma Constituição, não se vai criar uma Constituição só para os gays. Daqui a pouco, vão criar uma cidade só para os gays, uma praia só para os gays. Eles são cidadãos como todos nós e por isso merecedores de respeito.

Todavia não posso aceitar o equívoco do Plano Estadual, desrespeitando, inclusive, o Plano Nacional, que já foi aprovado sem tocar no assunto de sexo, sem tocar no assunto de gênero. Concordo que toda criança, a depender da idade, quando chegar a hora da sua formação, possa conhecer sobre sexo, mas sexo seguro, homem e mulher, que o encaixe é perfeito.

Basta recorrermos a algum mecânico e pedirmos uma rosca e um parafuso. Se tentarmos encaixar uma rosca na outra, não conseguiremos; se tentarmos empurrar um parafuso no outro, também não há o encaixe.

Então, como deputado, como homem de Deus, como homem que respeita a voz dos católicos, dos espíritas e dos evangélicos, guiado inclusive pela CNBB – que já repudiou tal prática no Plano Estadual de Educação –, quero dizer a V.Ex^{as} que não somos filhos de chocadeira, não. Somos filhos de um casal de marido e mulher, com pênis e vagina, que faz sexo por ordem de Deus.

Depois de criar o homem, Deus lhe tirou uma costela e fez a mulher, que é uma coisa maravilhosa. Ela não está atrás, não está ao lado do homem. Todo homem de bem tem, à sua frente, uma mulher de bem. As mulheres não estão tomando o lugar dos homens, elas estão ocupando seus espaços.

Todavia, pela natureza de Deus, não posso deixar de continuar contrário, até

com o pescoço perdido, com algemas nos pulsos ou perdendo o meu mandato. Deus criou macho e fêmea e os abençoou. Não posso aceitar que digam ao menino que pode cortar... Também não posso aceitar que digam para a menina que pode... deixar apenas o orifício, para que seja implantada uma borracha. De forma alguma.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Continuo dizendo que “homem com homem vira lobisomem” e “mulher com mulher vira jacaré”. Quando aparece algum doutor... ela não menstrua, porque tudo o que Deus faz é perfeito. Mulheres e homens são criações muito boas quando são feitos por Deus. O que passa disso é de procedência maligna, como diz a Bíblia Católica e a Evangélica.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sargento Isidório, tenho todo o respeito por V.Ex^a, pelo trabalho que realiza. Não conheço nenhum deputado ou pessoa que desenvolva um trabalho como o que V.Ex^a desenvolve com 1.200 drogados. É um trabalho fenomenal. Entretanto, desculpe-me, deputado, mas esta Casa não pode concordar que V.Ex^a use termos baixos que só denigrem a nossa imagem.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado, se esta Casa se respeitasse... O problema é que, com o compadrio que existe, às vezes, deixam passar coisas que são absurdas. É por isso que a população brasileira não respeita a classe política, não respeita nenhum de nós, já que nós mesmos cuidamos de nos desmoralizar.

Respeito que V.Ex^a defenda suas posições, concordo, mas não da forma como coloca. Esta Casa tem senhoras, tem visitantes, milhares de pessoas estão nos assistindo. O que as pessoas estão pensando?

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sargento Isidório, peço mais uma vez a compreensão de V.Ex^a.

Darei a questão de ordem a todos os que solicitaram.

Pela ordem o deputado Paulo Rangel, já que foi o primeiro a solicitar.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, também tenho o maior respeito pelo deputado Sargento Isidório. Mas também quero discordar de V.Ex^a. Esta Casa se respeita, não tem compadrio...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Falei isso porque alguns deputados

tiveram um comportamento agressivo e foram para a Mesa Diretora...

O Sr. Paulo Rangel:- A Mesa Diretora, tem que tomar uma atitude em relação a alguns pronunciamentos aqui nesta Casa. O pronunciamento do Sargento Isidório foi um pronunciamento de baixo calão e não podemos admitir esse tipo de coisa. Não se trata mais de um discurso homofóbico. Trata-se de uma atitude moral. Nós temos aqui hoje crianças, senhoras, temos pessoas concursadas. A grande maioria das pessoas que aqui estão nesta Assembleia, se não todas, são pessoas de bem. Não podemos comungar com os termos que foram usados aqui.

Portanto, eu gostaria que V.Ex^a, como presidente neste momento, em exercício, tomasse uma atitude em relação a isso. E, para iniciar, que fossem retirados das notas taquigráficas os termos imorais que foram ditos dessa tribuna, e que isso não se repita mais, Sr. Presidente. Não somos obrigados aqui a ouvir determinados tipos de adjetivos que nós ouvimos. Não foi assim que eduquei os meus filhos, não é assim que educo os meus netos e não é assim que vou querer me comportar na sociedade.

Portanto, esta é uma Casa de respeito, e precisamos nos respeitar para que sejamos dignos de respeito. Então, a Mesa Diretora desta vez tem que tomar uma atitude, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Solicito à Taquigrafia que retire das notas taquigráficas todas as palavras usadas pelo deputado Sargento Isidório que ofendem a todos desta Casa e os que nos ouvem. Que retirem as palavras de baixo calão que foram usadas!

V.Ex^a usará a questão de ordem, deputada Maria del Carmen?

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu fui supercitado equivocadamente.

(O deputado José de Arimateia se manifesta fora dos microfones em favor do deputado Sargento Isidório.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Arimateia, eu estou vendo daqui quem pediu...

(O deputado José de Arimateia continua se manifestando fora dos microfones em favor do deputado Sargento Isidório.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Arimateia, com todo o respeito, todos vão ter direito à questão de ordem. Agora, foi solicitado antes, e estou vendo daqui. Foi pedido primeiro pelo deputado Paulo Rangel; segundo, pela deputada Maria del Carmen e terceiro, pelo deputado Sargento Isidório, que na sua hora vai ter a questão de ordem devida.

Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmen:- Sr. Presidente, respeitando o direito de se pronunciar

do deputado Sargento Isidório, o respeito que temos a ele como colega nesta Casa, mas essa já é a segunda vez que o deputado Sargento Isidório vai à tribuna e trata esse assunto e esse tema dessa forma como foi feita hoje.

Portanto, quero me associar às palavras do deputado Paulo Rangel e solicitar a V.Ex^a, exercendo a Presidência desta Casa neste momento, que retire as palavras do pronunciamento e, inclusive, tome providências no sentido de que isso não mais volte a acontecer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu também tenho por V.Ex^a muito respeito e admiração, inclusive pelo deputado Paulo Rangel, pela deputada Maria del Carmen, mas quero dizer a V.Ex^a...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem também.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- (...) que termos baixos não são do meu costume, até porque respeito este Parlamento. E quero dizer que o que envergonha esta nação não é eu defender que no plano de educação não sejam tratadas questões sexuais, inclusive quando se trata de estímulos à homossexualidade no plano nacional de ensino. Porque tenho certeza que o governador do Estado Rui Costa não concorda e não concordará com tal absurdo.

Todavia, quero dizer que V.Ex^a autorizado está para que toda vez que eu, porventura, citar um termo que ofenda a esta Casa, eu autorizo...

Agora, o que incomoda esta nação é a corrupção que está batendo de ponta a ponta, que, lamentavelmente, já extrapola partido político, já extrapola o ser humano. Ainda bem que nesta Casa temos deputados honrados na Oposição, no Governo e que, graças a Deus, estamos exercendo o nosso mandato com dignidade.

Primeiro, quero dizer que não tive a visão, e mesmo que tivesse, não tem termo nenhum meu que ofenda os mui dignos estudantes que ali estão, honrando a nossa Casa. Até porque o que estamos vendo ali é o futuro desta Nação, que são os estudantes. Porque, na verdade, esta Nação está passando por momentos odiosos, hediondos, onde, inclusive, o que está em jogo é o futuro dos nossos estudantes, que é o maior patrimônio que uma nação tem. Ali em cima, estão homens e mulheres que conhecem muito bem o que é o casamento, conhecem muito bem o que são os aparelhos de reprodução humana e sabem que o que estou dizendo aqui está dito na CNBB, está dito pelos católicos, pelos evangélicos. Não vamos nos calar com a inclusão do plano na Bahia: querer fazer história, quando toda a Nação, quase todos os municípios desse Estado se posicionaram contra esse tipo de demônio que está tentando criar filosofias de sexualidade homossexual dentro de nossas escolas. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Estou dentro do tempo. Não vamos, Sr.

Presidente, nos calar. Como eu disse, eu fui chamado aqui dentro de louco, de doido e V.Ex^{as} não viram. Eu já ouvi termos muito mais pesados aqui dentro e não vi nenhum dos deputados ou deputadas se preocuparem.

Quero dizer a V.Ex^{as} que moro no meio de 1.192 pessoas que saem de Salvador, de toda a Bahia...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Pastor Sargento Isidório - (...) e que estão dentro da minha casa, morando comigo. Pessoas vitimadas pelas drogas, pelo alcoolismo ou pela sarjeta, e se eu não os tratasse bem não estariam comigo.

Portanto, quero dizer a V.Ex^a que ainda esta semana eu vi uma Sr^a Deputada desrespeitar a Bíblia Sagrada, dizendo que não acreditava que a mulher tivesse saído da costela do homem e que minha religião era medieval. Eu fiquei calado a tudo isso.

Então, respeito V.Ex^a. Respeito nossos pares. A Bahia me conhece. Respeito a Base de Governo. Respeito os meus colegas, companheiros de Oposição, que cumprem aqui o seu papel. Agora, não posso dar direito que a minha prerrogativa de parlamentar seja tirada justamente no momento em que estou defendendo o que é da natureza de Deus. Posso deixar de ser deputado, posso sair algemado, posso perder o meu pescoço, mas não vou aceitar que homem nenhum com a minha aprovação, com o meu apoio, coloque dentro das escolas qualquer metodologia sexual como biombo para pregar homossexualismo nas escolas.

Deus criou macho e fêmea. Deus criou: homem mais mulher, igual a filho. É isso que a fé católica, a fé evangélica, espírita, algumas pessoas da matriz africana acreditam.

Com muito respeito a V.Ex^a, esteja autorizado, como homem de bem, a toda vez que eu falhar tirar qualquer termo.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não deputado, seu tempo já venceu.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Pastor Sargento Isidório, vou dizer mais uma vez a V.Ex^a: ninguém está aqui contra o que V.Ex^a defende, até porque eu defendo e tenho certeza que a maioria desta Casa também. Agora, a forma como V.Ex^a tem se expressado não condiz com esta Casa.

Questão de ordem do deputado Adolfo Viana e depois do deputado Paulo Rangel, um da Oposição e outro da Situação.

Eu queria dizer, deputado Adolfo Viana e minha amiga querida de partido deputada Ivana Bastos, mais uma vez, para que V.Ex^{as} saibam – não quero dizer que não sabem – o Regimento: quando existe acordo, às 15h30min tem de começar o Grande Expediente e acabar o Pequeno Expediente. Nós temos, às vezes, por não ter

projetos na Casa, por uma questão de acordos entre a Situação e a Oposição, avançado no Pequeno Expediente. Então V.Ex^a vai falar agora? Depois do Grande Expediente tem o normal Horário das Representações Partidárias, e cada um usa da palavra pelo tempo regimental.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

(O deputado Adolfo Viana procura um outro microfone para falar.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Calma, deputado Adolfo. V.Ex^a vai conseguir! Vá para outro microfone!

A Sr^a Ivana Bastos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Meus amigos deputados, isso aqui está parecendo a Câmara Federal! Vai ter *impeachment* aqui na Bahia também? Que nervosismo é esse? Desnecessário!

Com a palavra o deputado Adolfo.

(O deputado Adolfo Viana procura, mais uma vez, um microfone para falar.)

A Sr^a Ivana Bastos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Logo após, querida deputada Ivana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, queria também me manifestar com relação ao assunto ora abordado por V.Ex^a. Respeito muito o deputado Sargento Isidório. Entendo que cada parlamentar aqui tem o direito de expressar aquilo que lhe convém, mas acho que a forma de fazer faz toda a diferença. Palavras de baixo calão podem, justamente, prejudicar a linha de raciocínio do orador. O deputado tem o direito de defender aquilo que acredita, mas respeitando colegas, mulheres e crianças que nos visitam.

Acho que V.Ex^a, deputado, compreendeu o que falei como parlamentar inteligente que é e vai continuar a defender o seu ponto de vista, o que é extremamente louvável. Porém a forma de colocar as palavras muitas vezes pode agredir os ouvidos, principalmente das mulheres e crianças que nos acompanham e visitam esta Assembleia.

(O deputado Pastor Sargento Isidório fala fora do microfone.)

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sargento Isidório, a questão de ordem está com o deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, colocado isso, quero dizer-lhe que na Bahia ainda não acontece nenhum tipo de pedido de *impeachment*. Já na Câmara Federal, sim. Mas perceba que os baianos estão bastante insatisfeitos, principalmente no que diz respeito à segurança pública no nosso Estado.

É esta a questão que devemos tratar nesta Casa. (Palmas)

Este final de semana foram 35 homicídios! Aqui estão os agentes penitenciários, a Polícia Técnica e os concursados da Polícia Civil. Então, devemos tratar o assunto neste Plenário, porque este é o anseio da maioria da população baiana e temos a obrigação e o dever de criar a solução o mais rápido possível.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Ivana, V.Ex^a vai falar usando uma questão de ordem ou usará a palavra no Horário de cada representação?

(A deputada Ivana Bastos fala fora do microfone.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo PT, durante 25 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos concursados da Polícia Civil que ocupam as Galerias Paulo Jackson, Srs. da Imprensa, vou tratar de um outro assunto que marca a conjuntura deste País no momento, mas antes farei aqui uma preliminar. Quero falar que defendo a liberdade sexual. Sou defensor de qualquer tipo de relacionamento entre pessoas e tenho, inclusive, orgulho deste meu posicionamento e de estar num partido que defende realmente o direito dos homossexuais.

Então, não só discordo da forma como as palavras foram ditas - acho até que o deputado tem o direito de se expressar e defender o seu ponto de vista -, mas também da tese dele. A sociedade evoluiu, e temos de estar abertos, principalmente esta Casa, para discutir temas como este. E com o máximo de respeito. Inclusive não podemos ser enrustidos, e deve ter muito enrustido na hora de tratar temas como este. Temos de ter a coragem de enfrentar esta temática como deve ser enfrentada. É incrível, Sr. Presidente, que um dos ambientes em que mais encontramos homossexuais - e os respeito - seja nas igrejas. Lá há até pedófilos, o que é bem pior, os quais nas igrejas católicas e evangélicas têm sido disseminadores de uma prática odiosa.

É esse o debate que esta Casa deveria estar fazendo, e desta maneira. Não fazê-lo duma forma enviesada, feia, desqualificada, e os deputados aqui ficarem calados, silentes, como se esta não fosse uma temática importante. Queremos levar a quê?! À morte de homossexuais, a uma nova inquisição? É isso que queremos? Ora, vamos atentar para a realidade! É um tema que tem de ser debatido.

Sr. Presidente, agora queria abordar um outro tema, o *impeachment* da Sr^a Presidente da República, Dilma Rousseff. Ela é uma mulher de luta, guerreira! Lutou para que conquistássemos o patamar de democracia que este País conquistou. Dilma Rousseff é uma mulher que foi a herdeira de um presidente que fez grandes mudanças sociais, as quais deveriam ter sido feitas há anos, há muito tempo se esperava elas

acontecerem em nosso País. E muito nos orgulha tê-las defendido e acompanhado, além de termos feito parte dessa trajetória.

Mas Dilma Rousseff agora... E não se trata de Dilma Rousseff. Trata-se de apelar do poder uma presidente da República, trata-se de apelar do poder uma história, trata-se de apelar do poder um partido político, trata-se de apelar do poder aquela maioria de desesperados relegados a um processo social que não é digno de ser visto ainda no século XXI, mas era ao que assistíamos antes no nosso País.

Dilma Rousseff é vítima neste momento da tentativa dum verdadeiro golpe que não nos deixa dúvida de ser um golpe, deputado Joseildo, pior do que aquele dado pelos militares, porque em 64 ele estava claro: eram os interesses do grande capital internacional aliados aos da burguesia nacional que fizeram com que esta Nação vivesse anos e anos numa situação política que nos levou a uma situação econômica e social de verdadeira estagnação. Mas, e por que o golpe, Sr. Presidente? Primeiro, porque não há argumento de ordem jurídica, não existe uma acusação de dolo, não existe algo que se comprove de desvio de objetivo da presidente da República. Segundo, trata-se de um golpe orquestrado por uma elite que tem como representantes dois ex-aliados deste governo e principais responsáveis: o vice-presidente Michel Temer e o grande gatuno, aquele que tem contas no exterior, o Sr. Eduardo Cunha.

Não é Dilma Rousseff que está sendo acusada de ter desviado dinheiro de Furnas. Não é sobre Dilma Rousseff que recai qualquer acusação formal, comprovada, sobre o escândalo que envolve a Petrobras. Não é Dilma Rousseff a responsável pelos desvios cometidos por partidos políticos anteriores à nossa gestão. Mas tenta-se praticar um golpe que tem como principal comandante alguém que é vice-presidente. Portanto não é detentor de nenhum voto. Um ex-aliado, um traidor. E traição, deputado Gika, eu não respeito nem a que é feita ao meu principal inimigo. Isso é um golpe.

E como lembrou aqui o deputado Joseildo, a vida é feita também de filosofia. E existem aspectos filosóficos amparados pela nossa Constituição em que se diz: diante da lei, somos todos iguais. Ou será que há pessoas mais iguais do que outras? Por que é que o *impeachment* de uma presidente da República é trabalhado com uma celeridade recorde, e a cassação de um presidente ladrão, um batedor de carteira, demora tanto, como vem demorando? Qual a autoridade moral do Sr. Eduardo Cunha para conduzir esse processo de *impeachment* em nosso País? Qual a autoridade política de um Michel Temer, antes aliado de primeira hora, conduzir o processo de *impeachment* de uma mulher honrada, de uma mulher proba, de uma pessoa que teve, sim, que fazer uso das pedaladas. Aliás, o mesmo foi feito por Fernando Henrique Cardoso, foi feito pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi feito por 16 governadores do Estado, e por que só a ela se aplica o *impeachment*?

Está claro, deputado Bira, é a única forma que eles têm de governar. As pesquisas já demonstram a queda livre do ex-candidato da República Aécio Neves: 11%. E demonstra a substância do nosso projeto quando o ex-presidente Lula lidera todas as pesquisas de opinião. Aí vem o partido golpista principal nesse processo, o

PMDB.

E ontem eu dizia: depois da votação que assistimos ontem, eu tenho certeza que o impeachment não sai, deputado Sandro. E V.Ex^a é coerente. O DEM tem-se mantido na Oposição ao nosso projeto, mas o PMDB não aguenta ficar fora de governo! Não aguenta! Se não passar o impeachment - ontem eles já deram uma demonstração: “Liberamos a Bancada.” -, vão tentar voltar para o governo. E aí eu vou repensar a minha vida política, se aceitarem. Porque tem um filme que nunca passou, que nunca ninguém assistiu, mas nós vamos assistir neste País, depois de domingo: A volta dos que não foram. Vai ser a tentativa de volta do PMDB, um por um deputado: “Não era bem isso que eu queria, não era isso que eu pensava. O nosso compromisso, nós pensávamos assim, mas nós temos um compromisso com a governabilidade.”

O Sr. Joseildo Ramos:- Um aparte, deputado Paulo Rangel.

É isso, deputado Arimatéia, o que vai acontecer, e o senhor que é um homem crente, um homem de visão, sabe que isso está para acontecer em nosso País.

Com o aparte o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Quero parabenizar V.Ex^a pelo belíssimo discurso que está proferindo dessa Tribuna. Mas, eu gostaria de lembrar algumas coisas que as últimas pesquisas colocam de maneira inequívoca. A primeira delas: além da não legitimidade, numa possível substituição da presidente e a assunção do vice-presidente, que inclusive é indiciado através do recebimento de propina de 5 milhões de reais, cujo intermediário foi o presidente da Câmara, seu aliado nesse processo conspiratório... Observem vocês: em que condição o vice-presidente, com 78% de rejeição agora, assumiria a presidência da República, tendo que fazer medidas extremamente fortes do ponto de vista de ajuste fiscal? As Oposições teriam, claramente, um objetivo de demonstrar que aquela deslegitimação, a partir de uma suposta ascensão do vice-presidente, e principalmente agora que ele vazou. Como é que um conteúdo de 15 minutos... até para carregar, se você, por engano, envia, você pode desfazer.

Então, até essa desculpa não cabe. No momento em que ele fez isso, demonstra, claramente, a pequenez do seu ato. Ele poderia estar experimentando uma conduta de estadista para merecer, no mínimo, da população brasileira, o olhar obsequioso. Entretanto, ele trama e assume, de maneira inequívoca, a pequenez dos seus atos de não estar à altura de ser o primeiro mandatário deste País.

O Sr. PAULO RANGEL:- Deputado Joseildo, eu incorporo o brilhante aparte de V.Ex^a. E queria dizer que tem um outro personagem que entra nessa história, personagem de natureza também institucional, que se trata, inclusive, de representação de um Poder, que são alguns membros do Judiciário que se aliam a essa tese. O deputado Luciano bem conhece. Muito bom! Não se grampeia o deputado Paulo Rangel, porque tem foro privilegiado, mas grampeia-se um cunhado, um familiar do deputado Paulo Rangel e divulgam-se as conversas do deputado Paulo Rangel, sem crime.

Grampeou-se neste País a presidente da República. Imagina, deputado Adolfo, se isso acontece nos Estados Unidos. A punição seria severa, talvez a punição fosse a prisão. Hoje uma juíza, em Brasília, decretou a suspensão do ministro da Justiça, já empossado pela presidente Dilma. É um golpe articulado, mas é um golpe que não conta com o apoio da opinião pública. Não goza do apoio da opinião pública.

Agora tudo isso acontece por quê? Por conta de um modelo político errado, viciado e perverso. E falo com autoridade, porque na época do plebiscito votei pelo parlamentarismo. Acredito que poderíamos ter presidencialismo, mas com voto distrital misto e financiamento público de campanhas. Há pouco tempo, falava-se em reforma política, e foi feito um arremedo de reforma bem pior do que o que existia antes.

Há aqueles que defendem as eleições gerais, sai todo mundo e é feita uma eleição geral. Deputado Arimatéia, com essa metodologia voltam os mesmos, inclusive a gente. Os métodos serão os mesmos para eleger e os métodos serão os mesmos também para que continuemos. Era isso o que tínhamos de discutir.

Mas há um outro braço do golpe, que é o da comunicação da *Rede Globo de Televisão*. É um verdadeiro aparelho ideológico em nosso País, e desde a sua criação essa emissora foi apoiadora de todos os gestos antipáticos à democracia, apoiadora de golpes de Estado. E mesmo sendo a *Rede Globo*, veículo que entra todos os dias em praticamente todos os lares deste Brasil, a população brasileira não aceita o golpe. E o golpe não passará. Eles não passarão. Eles não têm legitimidade para passar.

Poderia ser pior! Imaginem o cenário deste País com Michel Temer e Eduardo Cunha comandando-o. Seria “lindo”, um grande exemplo para o mundo! Apeia-se uma presidente da República sem nenhum fato administrativo ou legal consistente, sem nenhum objetivo material concretizado que fizesse com que o seu mandato não fosse considerado limpo. E o Temer é colocado, aquele mesmo que articulou propina para Eduardo Cunha, cujo dinheiro foi depositado no exterior.

E como age a Justiça mais uma vez? Prende a cunhada do ex-tesoureiro do PT, o companheiro Vaccari, porque foi fazer um depósito em banco. Isso enquanto a filha e a mulher de Eduardo Cunha, sócias do empreendimento corruptivo internacional e que não têm foro privilegiado, continuam frequentando as boutiques e os restaurantes de luxo, usando cartão de crédito de bancos de Ilhas paraísos fiscais. É uma contradição!

É por isso que nós acusamos o golpe! É por isso que nós colocamos que não se trata de um *impeachment*, até porque também o curso não tem sido o normal. Inclusive está espetacularizando-se o *impeachment*. O *impeachment* vai ser num dia de domingo! As redes de televisão vão parar no Brasil para que o povo assista ao *impeachment* sabendo que isso leva a sociedade ao risco de um confronto muito grande. Nós poderemos ser vítimas nesse dia, produto de uma irresponsabilidade, ou seja, mais uma irresponsabilidade, do comandante de uma esfera do Poder Legislativo que não deveria estar sentado naquela cadeira, que deveria estar em outro lugar, deveria estar prestando contas à Justiça porque não tem prestado contas à sociedade

como deveria.

Portanto, é um golpe, e a sociedade brasileira despertou para aquilo. E se há uma coisa que eu não gostaria de passar na minha vida é pelo que alguns que vão tentar fazer parte do golpe vão passar, é de serem golpeadores da democracia, mas mais do que isso, deputado Bira, de serem traidores. Ontem, estavam conosco, hoje, saem um pouquinho para tentar a volta novamente. Parece até coisa que não é séria. Parece uma atitude simples, mas não é.

Portanto, eu queria, hoje, aqui, marcar esta minha intervenção, muito embora saibamos que não vamos estar votando, mas vamos estar, de certa forma, influenciando porque não nos deixamos influenciar. Nós estamos, sim, nesta Casa Legislativa marcando um posicionamento que não é um posicionamento contra o contraditório que tem que acontecer no Poder Legislativo, o contraditório que tem que acontecer na sociedade, mas contra o mérito, contra a forma pela qual está se tentando tirar uma presidente da República neste País.

Mas a história mostra. Fizeram isso com Getúlio, e Getúlio voltou por três vezes: uma das vezes, por revolução; outra, nos braços do povo. Infelizmente, não vamos ter volta porque não vai ter golpe, porque nós conseguimos desarmar o golpe, apesar do tempo exíguo que tivemos para assim fazê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao Representante do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Bira Corôa:- Por 5 minutos, falará a deputada Ivana Bastos.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Ivana Bastos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, público aqui presente numa luta que é legítima, porque desde a semana passada vocês ocupam as Galerias da Assembleia Legislativa justamente. E eu quero colocar o meu mandato também à disposição de vocês.

Mas eu venho aqui hoje para falar de algumas cidades da região sudoeste que, no último dia 07 de abril, comemoraram aniversário de emancipação política. Uma delas foi Sebastião Laranjeiras, que fica entre Palmas de Monte Alto e Guanambi, que comemorou 53 anos de emancipação política. É administrada pela prefeita Luciana Muniz, uma prefeita que nos orgulha muito. Neste final de semana, deputada Maria del Carmen, tive a oportunidade de estar também em Sebastião Laranjeiras onde aconteceu uma bela festa com o povo comemorando muito alegre a sua emancipação

política. E, ontem, fechamos com chave de ouro a festa de Sebastião Laranjeiras com a assinatura de um contrato entre a prefeitura municipal e o Desenbahia no valor de dois milhões de reais para pavimentação. Ali estava a prefeita Luciana, diversos prefeitos e o governador Rui Costa. E teve uma coisa que nos chamou a atenção, o governo assinava contratos com a prefeitura de Camaçari, deputada Luiza Maia, uma prefeitura grande, rica – o deputado Bira Corôa lá estava – e, ao mesmo tempo, o governo também assinava um convênio com o município de Sebastião Laranjeiras, que tem o FPM de 0.6 e possui 11 mil habitantes. Então, queria aqui registrar os meus aplausos ao governador Rui Costa, que tem tido a sensibilidade de olhar para os grandes e para os pequenos, olhar para toda a Bahia.

Queria cumprimentar, também, o município do Dom Basílio, que no último dia 07 fez aniversário, também fez 53 anos. Fica ali perto de Livramento de Nossa Senhora, a terra do deputado Nelson Leal, um município pelo qual tenho um carinho muito especial. Um município no qual fui votada agora, pela primeira vez, e que tinha um gestor que nos deixou muito cedo, o Dr. Marilton, que nos deixou com apenas três meses de governo, deixando uma enorme saudade, deixando uma lacuna muito grande naquele município, naquela região. Também cumprimentar o município de Pindaí, que fica quase na divisa entre Bahia e Minas Gerais, entre Candiba e Urandi. Comemora 54 anos de emancipação política. Um município onde, hoje, temos um grande parque eólico que fica num distrito de Pindaí, em Guirapá, um dos maiores parques eólicos da Bahia, da região sudoeste. Pindaí é administrado por uma prefeita competente, muito dinâmica, que é a prefeita Rosane Prado.

Cumprimentar, também, o município de Malhada, que fica às margens do Rio São Francisco, Malhada, Carinhanha e o Rio São Francisco no centro. Esse município comemora, também, 54 anos de emancipação política. Vemos que aquelas cidades da região sudoeste são cidades novas, podemos dizer que ainda crianças, mas que têm um desafio muito grande, porque são cidades pobres, são cidades onde o FPM é muito pequeno, mas temos gestores comprometidos com a luta e com o povo daquela região. Quero registrar, também, a administração do prefeito Gimmy Everton.

Hoje é o aniversário de Licínio de Almeida, que fica perto de Caculé, terra do deputado Luciano Ribeiro, que também comemora 54 anos de idade. Registrar a lembrança do saudoso Roque Correia. Hoje, temos o vereador Marcos Correia, seu filho. Quero deixar um abraço a todos esses municípios.

Quero pedir, Sr. Presidente, só um minuto do tempo que já ultrapassou. Queria aqui reafirmar o compromisso dos colegas da comissão da Ferrovia Oeste-Leste e Porto Sul. Está aqui o meu vice-presidente, com muita honra, o deputado Pablo Barroso; a deputada Ângela Souza, que faz parte também; a deputada Maria del Carmen, e gostaria de comunicar que amanhã, às 10h40min, receberemos o secretário da Casa Civil do Estado, Dr. Bruno Dauster, estamos também recebendo representantes do Sintepav, que é o Sindicato das Mineradoras, da indústria pesada, da FIEB, representantes do CREA, da Valec, da Bamin, para que juntos possamos discutir, colher maiores informações sobre os novos cenários das obras da Ferrovia e

do Porto Sul, frente aos investimentos chineses.

Então, além de reafirmar o compromisso com os membros da Comissão da Ferrovia Oeste-Leste, quero convidar os demais deputados desta Casa para que possamos fazer um debate, porque é a obra de maior impulso, acredito que é uma das obras maiores deste País, não só da Bahia, a Ferrovia Oeste-Leste e do Porto Sul.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra do nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP, PCdoB, PSB, PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, pelo tempo de 6 minutos o deputado Gika; e pelo tempo de 7 minutos, o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Gika pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. GIKA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, presentes das Galerias, funcionários, *TV Assembleia*, (Lê):- *“EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA*

O Deputado que este subscreve, com fulcro no artigo 86, IV da Resolução 1193 de 17 de janeiro de 1985 do Regimento Interno, vem requerer a V.Exa. um espaço físico, nesta Assembleia Legislativa do Estado do Bahia, para celebrações de culto ecumênicos, respeitando todas as religiões e formas de adorações.

O Culto é um conjunto de ritos que se prendem à adoração ou homenagem a divindades em qualquer de suas formas e em qualquer religião.

A Constituição Federal consagra como direito fundamental a liberdade de religião, prescrevendo que o Brasil é um país laico. Com essa afirmação, em consonância a vigente Constituição Federal, o Estado deve se preocupar em proporcionar a seus cidadãos um clima de perfeita compreensão religiosa. Deve existir uma divisão muito acentuada entre o Estado e a Igreja (religião em geral), não podendo existir nenhuma religião oficial, devendo, porém, o Estado prestar proteção e garantia ao livre exercício de todas as religiões.

O fato de ser um país secular, com separação quase que total entre Estado e Religião, não impede que tenhamos em nossa Constituição, algumas referências ao modo como deve ser conduzido o Brasil no campo religioso. Tal fato se dá uma vez que o Constituinte reconheceu o caráter inegavelmente benéfico da existência de todas as religiões para a sociedade, seja em virtude da pregação para o fortalecimento da família, estipulação de princípios morais e éticos que acabam por aperfeiçoar os indivíduos, o estímulo à caridade, ou simplesmente pelas obras sociais benevolentes praticadas pelas próprias instituições.

Pode-se afirmar que, em face da nossa Constituição, é válido o ensinamento de Soriano de que o Estado tem o dever de proteger o pluralismo religioso dentro de seu território, criar as condições materiais para um bom exercício sem problemas dos atos religiosos das distintas religiões, velar pela pureza do princípio de igualdade religiosa, mas deve manter-se à margem do fato religioso, sem incorporá-lo em sua ideologia.

Por outro lado, não existe nenhum empecilho constitucional à participação de membros religiosos no Governo ou na vida pública. O que não pode haver é uma relação de dependência ou de aliança com a entidade religiosa à qual a pessoa está vinculada.

A liberdade religiosa foi expressamente assegurada uma vez que esta liberdade faz parte do rol dos direitos fundamentais, sendo considerada por alguns juristas como uma liberdade primária.

Desta forma, é que justifico a necessidade para que seja cedido um espaço físico, qual seja, uma sala, para celebrações de cultos ecumênicos, orações, rezas e demais formas de religião, nesta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, servindo para todos em geral, como, os funcionários(as), deputados(as), visitantes e etc.

Importante mencionar, que será um ambiente de reflexão e um momento pessoal de exercício da espiritualidade de cada um, podendo corroborar para o fortalecimento da religiosidade, da fé, da família, estipulação de princípios morais e éticos, o estímulo à caridade, dentre outros benefícios, que um ambiente de religiosidade trará, sendo respeitadas todas as formas de religião, sem distinção.”

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o Líder da Oposição por 6 minutos. (Pausa) Desculpem. Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, inicialmente, agradeço ao Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, por sua compreensão, já que eu tinha dividido o tempo com o deputado Gika.

Sr. Presidente, faço uso da palavra, neste primeiro momento, para parabenizar o município de Serra Dourada, lá no Oeste baiano, que exatamente neste dia completa 54 anos de sua emancipação política. Quero destacar que é um município próspero que faz parte da bacia leiteira. Tem dificuldades econômicas, mas, acima de tudo, tem uma gestão que hoje é apontada como a melhor daquele município.

Nas pessoas do prefeito Milton Frota e dos integrantes da sua equipe, quero parabenizar a todos os munícipes pela comemoração, hoje, dos 54 anos da emancipação de Serra Dourada, destacando que é um local marcado por um povo

trabalhador, ordeiro e, principalmente, que sabe celebrar com emoção, razão, alegria e hospitalidade os seus eventos. Visito constantemente aquele município, onde tive a satisfação de ter sido agraciado com quase 5 mil votos, e tenho uma relação constante com o seu povo, através da gestão do prefeito Milton. Por isso posso testemunhar o empenho e o trabalho que ele e a sua equipe vêm realizando.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que fica evidente na ordem do dia, primeiro, é a constatação do grande golpe idealizado pela elite burguesa deste País. Esta, por não ser capaz de conquistar a vontade do povo brasileiro no voto – já que foi derrotada em 4 eleições consecutivas –, utiliza o mecanismo do golpe, tentando resgatar um procedimento que, historicamente, já foi usado neste País. Não vou fazer retórica, mas é bom pontuar que o golpe de 64 levou o Brasil a um atraso de mais de 3 décadas no seu desenvolvimento, na afirmação do crescimento popular, social e da nossa democracia, num modelo similar ao que vemos hoje.

Em 64, a elite brasileira, insatisfeita com os avanços que o País vinha apresentando para a sua classe trabalhadora e para os setores organizados da nossa sociedade nos sindicatos, associações e cooperativas, implementa, a partir de um veículo de comunicação – no mesmo modelo que estamos vivenciando hoje com a *Rede Globo* –, uma campanha difamatória numa perspectiva de criar conflitos na base social, plantando uma possível guerra civil e, por consequência, a operação final do golpe que implantou a ditadura militar. A diferença de 64 para hoje é que não há agora a viabilidade de mais um golpe militar, porque o contexto da conjuntura nacional e internacional é diferenciado e não favorece a tirania de golpes militares. Mas buscam implementar um golpe institucional dentro do Congresso Nacional, tentando plantar um *impeachment* que, na realidade, é um golpe.

E digo que é um golpe porque não há um fato concreto que demonstre o uso indevido de recursos públicos pela presidenta Dilma. E mais, esse *impeachment*, simplesmente, é conduzido por um vice que está mais envolvido em corrupção do que qualquer um neste País; um vice que não tem a credibilidade e a confiança nem dos seus pares. Desafio os seus pares a virem fazer a defesa da integridade ética e moral dele. Também desafio que alguém venha fazer a defesa do presidente da Câmara Federal, Cunha.

E é exatamente na mão desses dois que esta essa tentativa de golpe para entregar o Brasil. Entregar um País que produziu transformações reais na sociedade brasileira; que permitiu que milhões e milhares de brasileiros e brasileiras pudessem adentrar as universidades; que garantiu mais de 40 mil moradias populares para famílias de zero a 3 salários mínimos – por que não dizer, de baixa renda; que tem permitido a sobrevivência da agricultura familiar através de linhas de crédito e financiamentos estabelecidos. E muitos outros aspectos que eu poderia citar aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso por si só não justificaria essa tentativa de golpe, mas a intenção verdadeira deles é devolver o País às amarras do capital internacional. Esse é o compromisso. O pano de fundo que devemos trazer para discussão, nobre deputado Gika, é o seguinte: quem está financiando esse processo, a

quem interessa quebrar as empresas brasileiras, a quem interessa criar o caos socioeconômico no Brasil? Nada mais nada menos, interessa aos Estados Unidos, país que atualmente tem de enfrentar as empresas brasileiras, disputar o mercado internacional com as nossas empresas, a Europa e o Japão, que ora amargam também, porque as empresas brasileiras tornaram-se competitivas no mercado internacional.

O povo brasileiro já disse que não haverá golpe, Sr. Presidente. Não ao golpe!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falarão o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 6 minutos, e o deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder Sandro Régis, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, Srs. Concursados que se fazem presentes nas Galerias, quero, em nome da nossa Bancada, informar a esta Casa que nos reunimos e decidimos solicitar, deputado Sidelvan Nóbrega, duas audiências. Uma com o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Inaldo, e a outra com o procurador-geral do Estado da Bahia, para tratarmos do assunto dos concursados.

O governador tem dito a todo instante que não chama os concursados devido ao limite prudencial.

Votamos um projeto aqui na semana passada em razão da informação que tínhamos de que ele resolveria esse problema. Mas chegamos à conclusão de que o problema do governador, deputado Herzem Gusmão, é má vontade com os concursados da Polícia Civil do Estado da Bahia.

O governador tinha 2 caminhos: acabar com os apadrinhados políticos, com os REDAs, cortar os cargos que são usados para cooptar políticos e partidos, e chamar os concursados da Polícia Civil.

Não é possível que o Estado esteja se derramando em sangue ante a violência que toma conta dos 4 cantos da Bahia e o governo não aja com razão, não tenha sensibilidade, e insista em faltar com a verdade, e não convoque aqueles que estão aptos a defender a sociedade baiana. Isso é muito grave!

Aqui, com todo respeito, deputado Adolfo Viana, o deputado Zé Raimundo, desculpe-me sua ausência, subiu a esta tribuna e disse que os concursados não devem procurar os deputados da Oposição.

Quero dizer que essa questão não é partidária, não é questão de governo nem de Oposição, é uma questão de vida. Em vez do professor Zé Raimundo, pré-candidato a

prefeito de Conquista, querer politizar, sendo do PT, ele devia bater à porta do governador e buscar uma solução, não querer impedir, ou até coagir, os concursados de procurarem a Oposição.

Aqui, deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a tem autoridade para subir e cobrar, porque sempre foi muito claro em suas posições. Mesmo que a Oposição tenha que votar um projeto que ache que, por algum motivo, não atende à sociedade, V.Ex^a sempre diz que é leal ao seu partido, comunga com a Oposição, mas o seu mandato, em primeiro lugar, dá prioridade ao povo da Bahia. Então, V.Ex^a, deputado Herzem, tem condição de chamar o professor Zé Raimundo e fazer o debate.

Quero dizer que os concursados da Polícia Civil já foram a todos os gabinetes, já procuraram o Líder do governo por diversas vezes, já botaram nas redes sociais e não conseguem a solução. Eu queria que eles não precisassem procurar a Oposição. Eu queria que o governo resolvesse, porque a violência não é questão política, é questão de governo, é prioridade de governo.

Para concluir, Sr. Presidente.

Quero dizer a vocês que se o Líder do governo, deputado Zé Neto, chamá-los para resolver os seus problemas, vocês não precisam nem dar bom-dia à Oposição. A Oposição está aqui não para fazer política, mas para defender as centenas de vidas que são tiradas todos os meses no Estado da Bahia. Não queremos partidarizar, não é essa a nossa intenção.

Quero, aqui, dizer ao Líder do governo e ao professor Zé Raimundo: resolvam o problema dos concursados que a Oposição será a primeira a bater palmas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Galerias, colegas deputados, gostaria de registrar que ontem aconteceu a primeira reunião da Frente Parlamentar da Indústria nesta Casa. Provavelmente, no dia 11 de maio nós a instalaremos em nova reunião e o querido deputado Nelson Leal será o seu presidente e eu o vice. Teremos deputados de todas as siglas partidárias, enaltecendo e levando a bandeira da indústria do Estado da Bahia. Indústria essa que está combalida e sofre com o aumento de impostos por parte do governo do Estado, tendo a necessidade de demitir e diminuir seus investimentos diante da crise econômica em que se encontra o País. Crise fruto de um grande esquema de corrupção que assolou o governo federal.

Não quero me ater à questão do *impeachment* mais uma vez por um simples motivo: eleito fui e estou exercendo o mandato de deputado estadual para defender os interesses dos baianos. Por todos os lugares que nós, deputados Herzem, andamos somos cobrados diariamente. Tenho certeza de que os 63 Srs. Deputados desta Casa

são cobrados diariamente.

Não há discurso, não há propaganda, não há conversa bonita e nem mansa, como a do atual governador do Estado da Bahia, que tampe o sol com a peneira e encubra o estado de violência, de falta de segurança que vivemos. Essa falta de segurança já é algo herdado do governo Jaques Wagner.

Cito aqui que há 8 anos, praticamente, tínhamos cerca de 3.500 assassinatos, homicídios no Estado da Bahia, e em Pernambuco eram 5 mil, 5 mil e 500. Depois que o PT entrou no governo estadual, inverteu. Em Pernambuco diminui, com o governo de Eduardo Campos, e aqui aumentou. Faço sempre essa comparação porque o Estado de Pernambuco é muito parecido com o nosso.

Não podemos ficar brincando com números porque aqui eram 3.500 – são 5.500 homicídios – mas esses números nos dão a situação real do nosso Estado. É uma falta de responsabilidade do governo do Estado para com investimento em segurança pública.

Temos os presídios, que visitamos em Vitória da Conquista, visitamos em Barreiras, presídios prontos, e eles não fazem concurso ou não chamam as pessoas concursadas para trabalhar - temos os agentes penitenciários que estão nessa luta para serem chamados – porque não é prioridade para eles.

Prioridade para eles é que todos vocês saiam daqui e vejam os *outdoors*. Na Paralela tem um *outdoor* enorme, “98 encostas feitas em Salvador”. Uma mentira absurda. Renuncio ao meu cargo agora, neste exato momento, se tiver mais de 20 encostas feitas por esse governador Rui Costa em Salvador. É uma mentira deslavada. É uma falta de respeito com a população.

O dinheiro dessa propaganda mentirosa é pago por nós. Infelizmente, enquanto podem nomear os concursados da Polícia Civil, podem nomear os concursados dos agentes penitenciários, podem investir mais em segurança pública, dando aos policiais militares e aos policiais civis que estão nos cargos mais segurança, mais cursos, mais respeito nas suas carreiras, não fazem isso, gastam dinheiro em propaganda.

E quanto foi gasto neste ano? Vinte e dois milhões de reais em investimentos em segurança pública, e R\$28 milhões em propaganda. Olhem o disparate, olhem o que é prioridade no governo do PT. Esses não são dados de um deputado de Oposição, são dados do Fiplan, programa de transparência do governo do Estado. Foram R\$28 milhões em propaganda e R\$22 milhões em investimentos em segurança pública. Qual a prioridade desse governador?

Enquanto morrem pessoas, sejam culpadas ou não, através do tráfico de drogas, com a falta de opção, enquanto morrem as pessoas, vítimas dos maiores tipos de abuso de violência que estamos vivendo hoje no nosso Estado, o governador passa de bonzinho.

Podem reparar que todo discurso do governador é “vou fazer, vamos estudar,

estamos preparando”. Não há um discurso em que diga “fizemos”. O Estado todo da Bahia tem 300 obras paradas. Nem uma dessas 300 foi concluída, e nós votamos aqui diversos projetos que melhoraram as contas do Estado, contas que o governador está fazendo o maior esforço, e conta com a Assembleia para ajudar a resolver, porque fizeram o maior esforço também em deixar as contas bagunçadas para eleger no projeto de governo do PT, que é de permanência no poder. Afinal, mudança entre o governo Rui e mudança entre o governo Jaques Wagner não houve nenhuma. O que há é que, em vez de estarmos há 8 anos abandonados, estamos agora há 10, e estaremos há 12.

Para concluir, presidente, gostaria de ressaltar a importância da nomeação dos concursados e a importância de o governador focar na segurança pública do Estado da Bahia. Para de propaganda e vamos viver da realidade. O político, hoje, que vive de conversa fiada, presidente, e não mostra as obras sendo realizadas, não tem vida longa.

No início do ano passado o governador Rui Costa lançou o programa prioritário dele, Educar Para Transformar...

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) e nesta semana o secretário de Educação foi demitido. Até parabenizo o governador Rui Costa por isso, porque o programa Educar Para Transformar e a Secretaria de Educação estão abandonados, só vivem de propaganda. Mais um ato do governador que é uma propaganda em si, só propaganda.

Largue essa propaganda, governador, e respeite a população baiana. Vamos apostar nas famílias baianas; vamos requalificar a segurança pública do Estado da Bahia.

Peço ao governador que nomeei os concursados e invista na segurança pública, porque é o caminho que temos para resolver e acabar com o esse estado de lamúria que existe na segurança pública do Estado da Bahia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Ângela Sousa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem, deputada Ângela Sousa.

A Sr^a Ângela Sousa:- Eu gostaria, presidente, de falar, nesta tarde, nesta nossa sessão, que hoje, terça-feira, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a pretensão da Fundação Nacional do Índio (Funai) em demarcar as terras de pequenos agricultores familiares em favor dos autodeclarados índios Tupinambá de Olivença, Sul da Bahia.

Estou comemorando isso com muita alegria, porque vemos a situação dos pequenos agricultores, deputado Rosemberg Pinto, na nossa região, não só em Ilhéus,

como também em Buerarema e Una. São pessoas que têm 5 hectares, 2 hectares, 4 hectares e que ficam tolhidas de irem as suas terras, impossibilitadas de estar nas suas terras, porque, na realidade, os falsos índios – eu gostaria de deixar isso bem claro, porque o indígena que realmente vive naquela região é pacífico – que se autointitulam Tupinambá são agressivos e vão para cima desses pequenos agricultores. Eles têm de recuar das suas terras, saindo das suas propriedades, onde eles mantêm a sua cultura, a sua alimentação, e também da zona urbana. Eles fazem o cultivo da mandioca, do cacau e de várias outras culturas.

Ficamos muito felizes hoje, dia desta grande conquista que foi alcançada através do Superior Tribunal de Justiça. Isso é muito importante, porque tenho a certeza de que com essa proibição, com essa suspensão teremos condições de alcançar a vitória desses pequenos agricultores para permanecerem com suas terras que, diga-se de passagem, são legalizadas. Às vezes, eles dizem que têm 50, 80 hectares, mas, na realidade, não é isso.

Então, estou feliz, porque essa é uma batalha que venho acompanhando desde o início. Hoje, tenho a alegria de ter conquistado para esses pequenos agricultores a suspensão da demarcação de terras no Sul da Bahia.

Gostaria de pedir também, Excelência, uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu vou pedir a V.Ex^a que marque os 15 minutos regimentais, até porque o deputado José de Arimatéia precisa fazer uso da palavra. Eu serei breve. Peço a V.Ex^a que marque os 15 minutos, para que os deputados se façam presentes e a sessão possa continuar.

Contudo, quero deixar o meu posicionamento, aqui, ao final desta sessão. A nossa brava Oposição não descansará um minuto sequer, um dia sequer. Continuaremos a defender a nomeação imediata dos agentes penitenciários, dos concursados da Polícia Civil e da Polícia Técnica. Essa é uma luta que nós não iremos desistir. Estamos aqui justamente para cobrar a palavra do governador. O governador deu a palavra numa entrevista coletiva, dizendo que após o Carnaval faria a nomeação, e nós vamos cobrar isso diariamente até que o Diário Oficial publique.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Gostaria que o painel fosse zerado e que os 15 minutos regulamentares fossem marcados.

Convido todos os deputados que estão no cafezinho ou em outras dependências da Assembleia Legislativa a comparecerem no Plenário, pois há uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares, é triste, mais uma vez, num dia de terça-feira, num dia de pleno trabalho, num dia em que geralmente há votação no âmbito desse Parlamento, ver a deputada Ângela Sousa fazer um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão. O meu primeiro posicionamento é fazer um apelo à deputada Ângela Sousa para que retire essa questão de ordem. Há diversos oradores inscritos para fazer uso da tribuna da Assembleia Legislativa da Bahia, há assuntos sérios que precisam ser debatidos e discutidos neste Plenário. Tivemos diversos oradores que já fizeram pronunciamentos, mas temos ainda os deputados José de Arimatéia e Herzem Gusmão, que gostariam de fazer uso da palavra. Então, gostaria de fazer este apelo à deputada Ângela.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que ouvi atentamente o discurso de alguns deputados do PT, que insistem em definir o que está ocorrendo no Brasil como um golpe. Ora, golpe maior que aconteceu neste País foi o que a presidente Dilma Rousseff aplicou no povo brasileiro. Isso, sim, foi um verdadeiro golpe, porque a presidente abusou da boa vontade do povo brasileiro, iludiu e mentiu para o povo brasileiro na campanha eleitoral, dizendo que o País não atravessava nenhuma crise econômica, dizendo que não iria adotar medidas duras, medidas de ajuste fiscal, que o País não ia haver o retorno da inflação, mas foi justamente o contrário. Aumentou a energia, aumentou o combustível, fez ajustes fiscais duros, que realmente vieram a prejudicar toda população brasileira. Hoje, o País atravessa uma crise econômica, uma crise política e uma crise moral sem precedente na nossa história. Então, esse, sim, foi um verdadeiro golpe, o golpe aplicado pelo PT. O PT, que comandou o maior esquema de corrupção já visto na história deste País, o PT, que quebrou a maior empresa deste País, a Petrobras, o PT, que vem acabando com a economia e gerando o maior desemprego já visto na história deste País. Agora vêm dizer que o que está havendo é golpe? Ora, será que os deputados, os parlamentares do PT, não estão saindo às ruas? Será que não estão assistindo ao que está acontecendo em nosso País? Será que não estão conversando com os funcionários? Será que não estão conversando com o povo brasileiro?

Ora, o que nós estamos atravessando é uma crise moral e uma crise política que envergonham o povo brasileiro. O que está a acontecer em Brasília, neste momento, Sr. Presidente – com o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, trancado no apartamento de um hotel, exigindo que as pessoas retirem o celular para entrar no apartamento, revistando as pessoas, tentando comprar os deputados para que esses votem contra o impeachment da presidente da República – enoja a classe política. Isso enoja o povo brasileiro. É isso que querem continuar a fazer? Distribuir cargos, ministérios, aparelhar ainda mais a máquina pública, mais ainda do que ela está aparelhada? É esse tipo de governo que querem continuar a fazer em nosso País, a castigar o povo brasileiro? Isso, sim, é um golpe de imoralidade, que envergonha a todo brasileiro, mas tenho certeza, absoluta convicção, de que no próximo domingo a ampla maioria dos deputados federais irá dar um basta, um “não” a esse governo que

patrocinou o maior escândalo de corrupção já visto neste País, Sr. Presidente.

Mais uma vez faço um apelo à deputada Ângela Sousa para que retire sua questão de ordem.

(Vários Srs. Deputados solicitam questão de ordem.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem dos deputados Augusto Castro, Rosemberg Pinto, José de Arimatéia e Herzem Gusmão.

O Sr. Augusto Castro:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, primeiro, quero prestar a minha solidariedade a todos os concursados da Polícia Civil, que estão aqui hoje em número expressivo, aguardando o Estado da Bahia, o Sr. Governador, cumprir a promessa feita em campanha de convocação de todos os concursados, para que a Bahia possa ter tranquilidade na segurança pública.

Os números são assustadores. Houve a manifestação de vários parlamentares da Oposição nesta Casa. A Secretaria da Segurança Pública do Estado divulgou segunda-feira que em 2015 houve uma queda no número de homicídios, de 1,3% em relação a 2014.

Essa realidade, Líder Sandro Régis, não conseguimos enxergar no dia a dia dos municípios do Estado da Bahia. O governo procura, todos os dias, na propaganda pelos veículos de comunicação, passar essas informações para a população da Bahia. Estamos cumprindo o papel de deputado de oposição, primeiro, apontando os erros, cobrando do governador o que foi prometido em campanha e não foi realizado. O deputado Adolfo Viana tem feito um movimento muito forte, o PSDB também tem cobrado do governador algumas das promessas não realizadas.

Para V.Ex^a ver, deputado Rosemberg, dentro do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal... O governador mandou a esta Casa o secretário da Fazenda – ele esteve na Comissão de Finanças e Orçamento – para dizer que o limite está dentro da realidade econômica do Estado.

O Estado da Bahia é hoje um Estado privilegiado do ponto de vista da Lei de Responsabilidade com relação aos empréstimos que tem conseguido viabilizar junto aos bancos internacionais e até os bancos nacionais. Então, não vejo o porquê de o governador não convocar todos os que passaram no concurso da Polícia Civil.

Os números são assustadores. Em Itabuna, no último final de semana, aconteceram 3 mortes violentas. Ao pegarmos o período de janeiro de 2016 até agora, abril, foram mais de 50 mortes só em Itabuna. Existe uma expectativa para melhoria da segurança pública nas grandes cidades, mas também nas pequenas cidades. Não vejo por que o governador não tomou uma posição com relação à convocação desses profissionais.

Está aguardando a PGE passar um relatório, não se tem nenhuma sinalização por parte da Procuradoria do Estado, e a população fica refém todos os dias de bandidos. Isso acaba gerando intranquilidade ao povo da Bahia. Esta discussão é legítima, até porque os deputados da Oposição estão cumprindo o papel de fiscalizar e

apontar os erros do Estado.

O governador prometeu, e aonde ele vai, nos municípios que visita, diz que vai convocar, que está aguardando o parecer da Procuradoria. Esta Casa aprovou limites que dão flexibilidade ao governo da Bahia para convocar os concursados, mas não vemos nenhuma posição da Bancada do governo.

Todos os dias há uma expectativa gerada com a fala do governador, e a Bahia continua vivendo uma insegurança em todos os municípios. A cidade de Itabuna vive assustada com o clima de violência pública que vem tomando conta daquela cidade e região. O governador tem que cumprir o diário, como disse o deputado Adolfo Viana. É preciso cantar pelo povo da Bahia. Os profissionais de segurança pública fizeram concurso, foi criada uma expectativa, e o povo da Bahia está sem segurança, porque esses números que o Estado está colocando na imprensa não condizem com a realidade da estrutura da segurança pública da Bahia.

Portanto, faço um apelo a todos os parlamentares para irem ao governador, porque a luta é em defesa da segurança. Não dá para a Oposição todos os dias cobrar e o governo não se manifestar. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 4 minutos e 39 segundos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, a minha questão de ordem vai no seguinte sentido: primeiro, quero dizer, deputado Leur, que no momento em que formulei a solicitação de verificação de quórum, tive o cuidado de conversar com o deputado Adolfo Viana, que me disse... Sim, com V.Ex^a, avisei que só estava no Plenário o deputado José de Arimatéia. Até pediram ao deputado que descesse para vir fazer uma questão de ordem.

Só estou falando isso...

(Manifestação fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, deputado, nada contra V.Ex^a, não. Só estou falando porque o deputado Leur Lomanto se dirigiu à deputada Ângela Sousa de uma forma que a expõe. Temos uma relação muito parceira aqui, e acho que não podemos nos permitir expor os nossos colegas.

Mas eu queria dizer, deputado Sidelvan, que o deputado Augusto Castro falou aqui do governador Rui Costa. Até estranho, porque o deputado Augusto Castro, em Itabuna, parece que é do governo: pega o telefone e liga para o secretário da Saúde; já participou de várias atividades do governo lá. Parece que é um deputado governista.

Repito, aqui o deputado Augusto Castro faz essas críticas, mas, em Itabuna, vira e mexe ele utiliza as ações do governo para se promover.

O Sr. Augusto Castro:- Questão de ordem, deputado...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, não darei.

O Sr. Augusto Castro:- Fui citado por V.Ex^a.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não darei. Eu queria que me garantissem a palavra. Estou no tempo da minha questão de ordem, faltam somente 4 minutos para acabar a sessão. Não vou permitir.

Deputado Sidelvan, ouvi atentamente diversos pronunciamentos. Devo dizer que não faço intervenções aqui que possam criar expectativas em ninguém. O governador Rui Costa está imbuído – como já disse aqui em nome da nossa Bancada – de fazer a convocação não somente dos concursados da Polícia Civil, como também de todos os demais concursados, inclusive daqueles aprovados em concursos anteriores que têm ações na Justiça pedindo para serem convocados. Mas não depende da vontade única do governador; se fosse assim, seria muito fácil. Depende essencialmente do regramento do Estado baiano, do qual o governador é apenas o condutor. Se ele não observar esse regramento, pode assumir uma ação de responsabilidade sobre essas questões. É por isso que precisamos ter aqui uma relação extremamente à altura desse debate.

Também ouvi dizerem, Sr. Presidente, que os governos da presidenta Dilma e do governador Rui Costa não fizeram nenhuma mudança na Bahia. Deputado Leur, V.Ex^a nos perguntou: “Será que não estão verificando o que a população está pensando?” Eu estou verificando, sim, deputado. Sabe por quê? Porque o meu restaurante é na Ceasa do Rio Vermelho, o meu restaurante é no Ogunjá, eu converso com as pessoas no bairro onde morei e do qual tenho imenso orgulho, a Boca do Rio...

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- (...) o meu restaurante não é o Barbacoa, não é o Baby Beef. É por isso que V.Ex^a ouve a opinião de um determinado nicho da sociedade, e eu ouço o que o povo diz, ou seja, que o meu governo tem feito muito. É por isso que tenho a convicção de que domingo, diferentemente do que vocês estão alardeando...

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- (...) a presidenta Dilma continuará com o apoio do povo baiano e do povo brasileiro, porque os deputados não permitirão...

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado. O tempo de V.Ex^a acabou.

Havendo apenas 9 Srs. Deputados em Plenário, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.